

ACTA NÚMERO 16/XII/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
[no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República]

II PARTE

1. Apreciação e votação das Actas n.º 14/XII/2011 e 15/XII/2011;
2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - Relatório e parecer da Comissão de Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho no que respeita à ajuda reembolsável e à engenharia financeira [COM(2011)483]. Deputado Autor de Parecer: Nuno Matias (PSD).
 - Relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação sobre a Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013) [COM(2011)489]. Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP).
 - Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno («Regulamento IMI») [COM(2011)522]. Deputada Autora de Parecer: Ana Drago (BE).
 - Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO

CONSELHO que atribui ao Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) determinadas tarefas relacionadas com a protecção dos direitos de propriedade intelectual, incluindo a criação de um Observatório Europeu da Contrafacção e da Pirataria composto por representantes dos sectores público e privado [COM(2011)288]. Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão de Defesa Nacional sobre o Livro Verde: O Regime da União europeia em matéria de controlo das exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização: garantir a segurança e a competitividade num mundo em mudança [COM(2011)393]. Deputado Autor de Parecer: Pedro Silva Pereira (PS).
- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o LIVRO BRANCO: Roteiro do espaço único europeu dos transportes - Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos [COM (2011)144] Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS).
- Relatório e parecer da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente [COM(2011)189] Deputado Autor de Parecer: Bruno Coimbra (PSD).
- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América, por um lado, a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, e relativa à celebração do Acordo adicional entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, respeitante à aplicação do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América, por um lado, a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro [COM(2011)238]. Deputada Autora de Parecer: Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD).
- Relatório e Parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais

generalizadas [COM(2011)241] Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Transporte Aéreo entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Federativa do Brasil, por outro [COM(2011)252]. Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS).

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia [COM(2011)540];
- Relatórios e pareceres da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Directiva 2008/106/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos [COM(2011)555];
- Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios [COM(2011)427];
- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório de 2010 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE [COM(2011)160];
- Relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Cultura sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020 [COM(2011)173];

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo sobre certos aspectos dos serviços aéreos entre a União Europeia e a República da Turquia [COM(2011)414];
 - Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adesão da União ao Regulamento n.º 29 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre as prescrições uniformes relativas à homologação de veículos no que diz respeito à protecção dos ocupantes da cabina de um veículo comercial [COM(2011)442].
4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito de procedimento de aprovação de tratados e acordos:
- Proposta de Resolução 7/XII - Aprova a Decisão do Conselho Europeu de 25 de Março de 2011 que altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro.
5. Debate sobre o modo de acompanhamento, pela Comissão de Assuntos Europeus, das formações do Conselho.
6. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

[no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República]

O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu início à reunião, saudando o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e enquadrando a audição nos termos regimentalmente previstos, aludindo, adicionalmente, ao contexto dos Conselhos Europeus de 23 e 26 de Outubro. O Sr. Presidente passou, de seguida, a palavra ao Sr. Ministro, para uma intervenção inicial.

O Sr. Ministro começou por abordar, inicialmente, as matérias referentes à negociação das perspectivas financeiras para o período 2014-2020, dando conta da posição do Governo relativamente à proposta apresentada pela Comissão Europeia nesta matéria, nomeadamente quanto à política de coesão, à reforma da Política Agrícola Comum (PAC), à arquitectura dos fundos estruturais, ao envelope financeiro e à natureza das

políticas, de modo a promover o efeito contra-ciclo das mesmas e a sua articulação com a Estratégia Europa 2020. O Sr. Ministro sublinhou a importância de uma estratégia nacional nesta matéria, promovendo o diálogo político. De seguida, deu conta dos desenvolvimentos recentes do Conselho Europeu / Eurogrupo e da importância de serem conseguidas soluções sólidas, credíveis e confiáveis. Realçou, de seguida, o caso singular de Portugal e a importância de existirem mecanismos de prevenção de contágios e de diferenciação, pela positiva, do caminho e esforços de Portugal e Irlanda nos respectivos programas de ajustamento económico e financeiro (PAEF). Relativamente à recapitalização do sistema bancário português, recordou que, no caso português, o respectivo PAEF dispõe de um montante para tal. Enfim, quanto a eventuais alterações estruturais / institucionais do ponto de vista da União, considerou deverem ser limitadas de modo a promover a obtenção de consenso, considerando ainda que a Comissão Europeia deveria ter maior autoridade em matéria de governação económica, nomeadamente com vista à obtenção de equilíbrios entre Estados-Membros.

O Sr. Presidente agradeceu a exposição do Sr. Ministro e abriu a 1.^a ronda de questões. Começou por intervir o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), que considerou estar-se a viver um momento vital na construção europeia, crucial também para Portugal. Questionou, de seguida, o Sr. Ministro sobre a definição e execução da política europeia pelo Governo; a posição do Executivo nas Cimeiras; nomeadamente quanto à alavancagem do European Financial Stability Facility (EFSF), quanto à revisão dos Tratados e o entendimento subjacente a eventuais propostas, quanto à proposta alemã de antecipação da entrada em vigor do mecanismo europeu de estabilização financeira (prevista para 2013), quanto às propostas de índole punitiva, contrárias ao espírito de solidariedade subjacente ao projecto europeu, quanto à acção do Governo em matéria de utilização do montante previsto no PAEF para a recapitalização do sector financeiro. Questionou, ainda, sobre a posição do Governo sobre a proposta de criação de uma taxa sobre as transacções financeiras, sobre os *eurobonds*. Enfim, indagou sobre qual a posição do Governo junto da União com vista à defesa de soluções/medidas de promoção do restabelecimento e crescimento das economias.

O Sr. Ministro reiterou a importância do diálogo político e da construção de um consenso nacional alargado, reforçando a importância de finanças públicas saudáveis no contexto da autonomia e capacidade decisória. De seguida, deu conta da política europeia de Portugal, de promoção da sua credibilidade, capacidade decisória e empenho na construção do projecto europeu, dentro do espírito de solidariedade da

União. Quanto à eventual revisão dos Tratados, reiterou a posição anteriormente transmitida. Enfim, considerou razoável a proposta de redistribuição quanto ao contributo do sector financeiro para a resolução da crise, considerando a necessidade de ser uma medida eficaz, de amplitude tão larga quanto possível, de modo a evitar processos de deslocalização.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD), que subscreveu a afirmação do Sr. Ministro quanto à definição e condução da política europeia de Portugal, tendo igualmente referido a importância do modo de relacionamento entre os Estados-Membros, no contexto do debate sobre a eventual alteração dos Tratados. De seguida, colocou questões quanto ao pacote de governação económica, quanto ao futuro da política de coesão e quanto à comparticipação nacional de projectos com financiamento europeu.

O Sr. Ministro usou da palavra para responder às questões colocadas, reiterando intervenções anteriores sobre a promoção da credibilidade externa de Portugal e o debate sobre a eventual alteração dos Tratados. Quanto ao pacote de medidas no contexto da governação económica, o Sr. Ministro sublinhou o papel relevante de dois eurodeputados portugueses ao Parlamento Europeu, Diogo Feio (PPE) e Elisa Ferreira (S&D), relatores de duas das propostas. Considerou, ainda, ser necessário colocar os vários instrumentos em funcionamento e, posteriormente, avaliar a sua execução. Quanto à política de coesão e à reforma da PAC, reiterou o empenho de Portugal numa boa negociação, bem como na respectiva comparticipação no contexto do recente aumento das taxas de co-financiamento da União.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP), que sublinhou a importância do envolvimento de Portugal no projecto europeu, registando o impasse negocial em sede de Conselho Europeu, nomeadamente no contexto do impacto da crise das dívidas soberanas, da recapitalização do sector financeiro, do reforço do EFSF e do aumento de poderes do BCE. Enfim, questionou sobre a estratégia para regiões como a Madeira e o Algarve, actualmente em fase de *phasing out*.

O Sr. Ministro enquadrou a acção da diplomacia portuguesa e a acção do MNE, bem como a prioridade conferida à crise vivida na zona euro. De seguida, reiterou intervenções anteriores sobre a consolidação das finanças públicas e as consequências decorrentes de processos de reestruturação de dívida por parte de um país.

Posteriormente, usou da palavra o Sr. Deputado Honório Novo (PCP), que questionou o Sr. Ministro quanto ao facto de o aumento das taxas de co-financiamento se reportar apenas ao quadro financeiro em curso; quanto montante previsto no PAEF para a

recapitalização do sector financeiro; à posição espanhola quanto à posição das dívidas soberanas no balanço dos bancos; às perdas de soberania adicionais, nomeadamente no contexto da governação económica; e, enfim, quanto ao debate sobre uma estratégia de crescimento.

O Sr. Ministro sublinhou a prioridade conferida à negociação do próximo quadro financeiro plurianual, recordando o montante previsto no PAEF para recapitalização e estabilização do sector financeiro. Enfim, recordou a importância crescente do conceito de reciprocidade na celebração de acordos da UE com vista à abertura de outros Estados-Membros.

Para finalizar a primeira ronda de intervenções, usou da palavra a Sra. Deputada Ana Drago (BE), que colocou questões quanto à possível reestruturação da dívida portuguesa, aos mecanismos à disposição para tal, no contexto do excesso de sacrifícios já pedidos aos portugueses. Subscreeu intervenções anteriores quanto ao problema de crescimento da economia portuguesa e à falta de concessão de crédito, e considerou que o aumento do EFSF peca por escasso, no contexto dos problemas recentes associados a Espanha e Itália, devendo ser discutido o papel do BCE nesta matéria, no contexto da recapitalização do sector financeiro.

O Sr. Ministro recordou a proposta apresentada pela Comissão Europeia quanto à instituição de uma taxa sobre as transacções financeiras, reiterando o anteriormente referido sobre esta matéria. Quanto à reestruturação da dívida, recordou as consequências inerentes a um processo dessa natureza. Enfim, recordou as disposições constantes do Memorando de Entendimento no âmbito do PAEF e as obrigações dele decorrentes.

O Sr. Presidente deu sequência, posteriormente, à segunda ronda de intervenções, tendo começado por intervir a Sra. Deputada Maria Helena André (PS), que sublinhou a importância conferida pelo Sr. Ministro quanto à aposta num consenso nacional, nomeadamente quanto às negociações do próximo quadro financeiro plurianual. De seguida, registou a posição do Sr. Ministro sobre a preferência pelo método comunitário, em detrimento da derrapagem verificada nos últimos tempos. De seguida, colocou questões quanto à posição do Governo sobre a construção do pilar económico da União (dado que o pacote da governação económica não se constitui como um “pilar”), sobre a negociação das próximas perspectivas financeiras e a sua articulação com a Estratégia Europa 2020 e a flexibilidade necessária com vista à sua concretização.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) que, no âmbito da consulta, feita pela Chancelerina alemã, ao respectivo Parlamento, considerou que seria positivo ver tal iniciativa replicada na Assembleia da República. De seguida, registou positivamente o envolvimento de Portugal no grupo dos países amigos da coesão e a procura de consensos nesta matéria, bem como quanto à reforma da PAC. Quanto ao debate sobre eventuais alterações aos Tratados, questionou se seria possível, também ao nível da governação económica, conferir maior protagonismo à Comissão Europeia. Finalmente, enquanto co-relator da Comissão de Assuntos Europeus – a par da Sra. Deputada Maria Helena André – sobre o quadro financeiro plurianual, solicitou a colaboração do Ministério.

Usou da palavra posteriormente o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), que questionou o Sr. Ministro quanto à situação na Líbia, bem como as ocorrências recentes noutros países daquela região. Enfim, colocou uma questão sobre o ponto exacto da posição de Portugal na defesa dos seus interesses na União Europeia.

Interveio, ainda, o Sr. Deputado Honório Novo, que considerou não existirem respostas concretas do Governo português, nomeadamente quanto à recapitalização do sector financeiro, à degradação contabilística dos balanços dos bancos devido à exposição às dívidas soberanas dos países, à eventual revisão dos ratados, ao crescimento económico orçamental e, enfim, à manutenção das taxas de juro por parte do BCE.

Finalmente, usou da palavra a Sra. Deputada Ana Drago, que considerou ser impossível o regresso aos mercados, por parte de Portugal, daqui a 2 anos, considerou insustentável manter o actual nível de endividamento, considerando ser necessária a reestruturação da dívida e uma actuação do BCE directamente no mercado primário.

O Sr. Ministro interveio para responder, em bloco, às questões colocadas, subscrevendo intervenções anteriores quanto à gestão, articulada e em consenso, dos interesses de Portugal, nomeadamente no contexto da negociação das próximas perspectivas financeiras, da recuperação da credibilidade internacional; deu nota das condições necessárias à promoção de um crescimento saudável, em sede de promoção de reformas estruturais em diversos sectores de actividade; deu conta da presença, nas preocupações do Governo, da promoção do pilar económico e de um papel determinante da Comissão Europeia em matéria de governação económica, acautelando o equilíbrio e coordenação e a aplicação do método comunitário; quanto à reforma da PAC, recordou as realidades vigentes noutros países da União para demonstrar a existência, actualmente, de um claro diferencial que desfavorece Portugal; recordou o elevado número de portugueses em postos importantes da União, como

reconhecimento do mérito e das capacidades; considerou ser necessária uma síntese da posição da UE no conflito israelo-palestiniano, enquanto modelo indutor e promotor de paz; deu conta da importância conferida à vizinhança sul de Portugal, com relevância acrescida no contexto da Primavera Árabe, e as similitudes aparentemente verificadas com o processo de transição para a democracia vivido em Portugal nos anos 70; quanto ao reforço do EFSF, considerou tratar-se de uma medida positiva, considerando que seria positivo se a situação das diversas empresas públicas tivesse sido contemplada em sede do PAEF.

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Ministro pela apresentação e pelos esclarecimentos prestados, bem como às Sras. e Srs. Deputados pelas questões colocadas. Informou, adicionalmente, que seria contactado o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus com vista ao agendamento da audição, nos termos da Lei, após o Conselho Europeu. Nada mais havendo a discutir, o Sr. Presidente deu por encerrada a audição.

A audição foi integralmente gravada em suporte [áudio e vídeo](#), podendo as gravações ser acedidas através da página internet da Comissão de Assuntos Europeus.

II PARTE

1. Apreciação e votação das Actas n.º 14/XII/2011 e 15/XII/2011;

As actas foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE.

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Começaram por ser apreciados os pareceres referentes a iniciativas cujo escrutínio se encontra enquadrado em sede do Protocolo 2 anexo ao Tratado de Lisboa.

- Relatório e parecer da Comissão de Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO

EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho no que respeita à ajuda reembolsável e à engenharia financeira [COM(2011)483].

Deputado Autor de Parecer: Nuno Matias (PSD).

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou o parecer por si elaborado, recordando o parecer elaborado pela Comissão especializada competente em razão da matéria. Não se registando intervenções, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE.

- Relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação sobre a Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013) [COM(2011)489].

Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP).

O Sr. Deputado Honório Novo apresentou o parecer, que, não suscitando interpelações em período de debate, foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno («Regulamento IMI») [COM(2011)522].

Deputada Autora de Parecer: Ana Drago (BE)

A Sra. Deputada Ana Drago apresentou, por seu turno, o parecer por si elaborado. Em sede de debate, o Sr. Deputado Honório Novo sugeriu a transposição de um excerto da Parte referente à Opinião, sobre os actos delegados, proposta que foi aceite, tendo seguidamente o parecer sido votado e aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada Ana Drago suscitou, seguidamente, uma questão relativamente à distribuição de iniciativas para elaboração de parecer, matéria que foi remetida para o ponto 5 da Ordem do Dia.

Os pareceres seguintes foram apreciados no contexto da promoção do diálogo político.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que atribui ao Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) determinadas tarefas relacionadas com a protecção dos direitos de propriedade intelectual, incluindo a criação de um Observatório Europeu da Contrafacção e da Pirataria composto por representantes dos sectores público e privado [COM (2011)288].

Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).

Obtida a anuência dos membros da Comissão, o Sr. Deputado Carlos Costa Neves apresentou o parecer em substituição do Sr. Deputado Carlos São Martinho, entretanto ausente por motivos de saúde. Não havendo intervenções em sede de debate, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade.

- Relatório e parecer da Comissão de Defesa Nacional sobre o Livro Verde: O Regime da União europeia em matéria de controlo das exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização: garantir a segurança e a competitividade num mundo em mudança [COM(2011)393].

Deputado Autor de Parecer: Pedro Silva Pereira (PS).

O Sr. Presidente começou por informar que chegara à Mesa a indicação de alteração da nomeação do Sr. Deputado Autor de Parecer, passando a ser a Sra. Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes, que apresentou de imediato o parecer, que mereceu a aprovação por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP. Tratando-se de um Livro Verde, o Sr. Presidente informou que o parecer seria, igualmente, remetido para o endereço referente à presente consulta pública.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o LIVRO BRANCO: Roteiro do espaço único europeu dos transportes - Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos [COM (2011)144].

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS).

O Sr. Deputado Vitalino Canas apresentou o parecer, que mereceu, de igual modo, a aprovação por unanimidade, verificando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

- Relatório e parecer da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente [COM(2011)189]
Deputado Autor de Parecer: Bruno Coimbra (PSD).

O Sr. Deputado Bruno Coimbra (PSD) deu nota do parecer por si elaborado, bem como das principais conclusões dele constantes. O parecer foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América, por um lado, a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, e relativa à celebração do Acordo adicional entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, respeitante à aplicação do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América, por um lado, a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro [COM(2011)238].
Deputada Autora de Parecer: Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD).

A Sra. Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) apresentou o teor do seu parecer, propondo a subscrição do relatório e parecer remetido pela 6.ª Comissão, proposta que foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

- Relatório e Parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas [COM(2011)241].
Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).

O Sr. Deputado João Serpa Oliva apresentou o parecer, tendo sido rectificad a redacção referente à aplicação do princípio da subsidiariedade, após o que o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Transporte Aéreo entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Federativa do Brasil, por outro [COM(2011)252].
Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS).

O Sr. Deputado Vitalino Canas apresentou o parecer por si elaborado, que foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia [COM (2011)540];

Foi indicado como Deputado Autor de Parecer o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS).

- Relatórios e pareceres da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Comissão de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Directiva 2008/106/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos [COM (2011)555];

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves indicou como Deputado Autor de Parecer a Sra. Deputada Lídia Bulcão (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o LIVRO VERDE sobre a distribuição em linha de obras audiovisuais na União Europeia - Rumo a um mercado único digital: oportunidades e desafios [COM(2011)427];

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) indicou o Sr. Deputado Francisco Assis (PS).

- Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório de 2010 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE [COM(2011)160].

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves indicou o Sr. Deputado João Lobo (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Cultura sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020 [COM(2011)173].

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves indicou a Sra. Deputada Maria Ester Vargas (PSD).

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo sobre certos aspectos dos serviços aéreos entre a União Europeia e a República da Turquia [COM(2011)414].

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) informou que seria ela própria a Autora do Parecer.

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adesão da União ao Regulamento n.º 29 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre as prescrições uniformes relativas à homologação de veículos no que diz respeito à protecção dos ocupantes da cabina de um veículo comercial [COM(2011)442].

O Sr. Deputado João Serpa Oliva informou que seria ele próprio o Autor do Parecer.

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito de procedimento de aprovação de tratados e acordos:

- Proposta de Resolução 7/XII - Aprova a Decisão do Conselho Europeu de 25 de Março de 2011 que altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves informou que seria ele próprio a elaborar o parecer.

5. Debate sobre o modo de acompanhamento, pela Comissão de Assuntos Europeus, das formações do Conselho.

Este ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.

6. Outros Assuntos

O Sr. Presidente deu conta da sua participação na Conferência sobre o Quadro Financeiro Plurianual (20/21 de Outubro, em Bruxelas), da comunicação por si efectuada, os principais pontos abordados, nomeadamente quanto à dimensão orçamental da UE, a política de coesão e a promoção de recursos próprios. Informou, ainda, que oportunamente apresentaria o relatório, mais detalhado, e sugeriu, enfim, a prestação do espólio de informação sobre a conferência aos relatores da Comissão para esta matéria, Sr. Deputado Carlos Costa Neves e Sra. Deputada Maria Helena André.

De seguida, o Sr. Presidente recordou ter já sido enviado a todos os membros da Comissão a informação remetida pelo Ministério das Finanças sobre o EFSF.

O Sr. Presidente deu nota dos próximos agendamentos da Comissão, nomeadamente em sede de audições, colocando à consideração dos Srs. Deputados a possibilidade de realização de uma audição com o eurodeputado português, Sr. Deputado Carlos Coelho, proposta que foi consensualmente aceite pelos membros da Comissão.

Na sequência da deliberação em reunião anterior da Comissão, o Sr. Presidente deu nota da proposta da Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território de agendamento da audição sobre a reforma da Política Comum de Pescas para 11 de Janeiro, pelas 11h, proposta que foi aceite, tendo

igualmente sido consensualizado propor que a audição abranja, igualmente, a proposta de reforma da PAC. Enfim, o Sr. Presidente informou que a Comissão de Agricultura e Mar seria convidada para a audição.

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de Outubro de 2011.

O PRESIDENTE

PAULO MOTA PINTO

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes

Ana Drago

António Rodrigues

Carlos Costa Neves

Carlos São Martinho

Cláudia Monteiro de Aguiar

Duarte Marques

Francisco de Assis

Honório Novo

João Lobo

João Serpa Oliva

José Manuel Rodrigues

Maria Ester Vargas

Maria Helena André

Nuno Filipe Matias

Paulo Mota Pinto

Pedro Silva Pereira

Sérgio Azevedo

Vitalino Canas

Bruno Coimbra

José Lino Ramos

Lídia Bulcão

Paulo Pisco

Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rosa Maria Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa